

O Congresso resiste ao déficit zero

A proposta do governo de um corte linear de 20% nas despesas de custeio e investimento da administração direta federal — constante da emenda à lei orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso na sexta-feira — foi criticada ontem em Brasília pelo relator-geral da Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso, senador Almir Gabriel, em uma referência à “obsessiva perseguição que o governo federal promove ao déficit público em prejuízo de setores sociais já sacrificados”. A disposição de zerar o déficit público em 89 sob a alegação de combate à inflação não se justifica, segundo o senador. Ele lembra que o déficit vem sendo reduzido desde 87, “num período em que a inflação subiu de 200 para 900% ao ano”.

Almir Gabriel também queixou-se da tentativa do Executivo de “suprimir a autonomia atribuída ao Congresso pela nova Constituição no que diz respeito à formulação do orçamento da União”. De acordo com o senador, a emenda orçamentária eleva de 10 para 11 trilhões de cruzados a receita da União em 89, mas intensifica as vinculações destes recursos, reduzindo a margem de decisão do Legislativo. O repasse constitucional de receitas para Estados e municípios, por exemplo, foi elevado de Cr\$ 1,7 trilhão para Cr\$ 2,2 trilhões.

O envio da emenda orçamentária ao Congresso “tumultuou extraordinariamente os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento”, disse o senador. A apresentação de seu relatório-geral sobre a proposta orçamentária de 89, consolidando os relatórios setoriais, foi transferida de sexta-feira passada para a próxima em função da iniciativa do governo. O primeiro relatório de Almir Gabriel, avaliando as quase três mil emendas apresentadas por parlamentares à lei orçamentária de 978 páginas proposta pelo Executivo, ficou pronto na quinta-feira. A emenda enviada ao Congresso na sexta suprime uma série de rubricas orçamentárias cujos recursos o Congresso pretendia transferir. Almir Gabriel assegura que a Comissão de Orçamento não vai abrir mão das transferências que julgar necessárias, ainda que para isto tenha que identificar novas fontes.